

Caesb aumentará tarifa para cobrir rombo

Eilson Soares



Como a água da Caesb é insuficiente, só resta aos moradores da vila pagar até NCz\$ 3 por um barril de origem suspeita

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) pretende aumentar a tarifa da conta de água para cobrir o déficit causado pela diminuição do capital da empresa, decorrente da suspensão, pela Caixa Econômica Federal, dos financiamentos já contratados nas áreas de habitação e saneamento básico. A suspensão foi decidida na semana passada, após constatação de perda de NCz\$ 1,2 bilhão em depósitos na caderneta de poupança no primeiro semestre — a principal fonte de recursos para os setores. A construção civil em Brasília também deverá sofrer alterações, já que diversas obras dependem da liberação de verbas pela CEF.

O aumento dos valores das contas de água ainda não têm prazo para entrar em vigor os índices de reajuste. Segundo o presidente da Caesb, Ulisses Assad, a empresa terá prejuízos mesmo com a temporariedade da medida, pois qualquer atraso implica em adiamento de prazos de entrega de obras ou na perda de capital causada pela falta do percentual de 8% adquirido junto com o pagamento dos financiamentos e que reforça o seu caixa. Além da despoluição do lago Paranoá, sofrerá atraso a elaboração dos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima), que farão parte do Plano Diretor de Água e Esgotos, com planejamento no setor até o ano 2020.

Construção civil

As obras de unidades habitacionais têm, em sua maioria, o financiamento conjugado à conclusão de etapas de construção — assim, sem desenvolver o projeto, as empresas de construção civil, não recebem mais verbas e vice-versa. “A medida vai trazer sérios problemas para o setor habitacional a médio prazo”, diz o construtor Paulo Octávio Pereira. Ele lembra que os maiores atingidos são os compradores de baixa renda, uma vez que a Caixa Econômica é que financia até 80% do valor desses imóveis e “a medida não favorece a construção de imóveis populares”.

A construção civil procurará solucionar a falta dos financiamentos investindo capital próprio. “Desde que não seja por um longo prazo, podemos nos sustentar” diz o administrador de imóveis Paulo Baeta, atualmente desenvolvendo obras em seis edifícios. “Só corremos o risco de ficarmos descapitalizados”, assegura. A decisão de adiar a retomada dos financiamentos para a construção de novas moradias, suspensos desde dezembro de 1988, também implicará em busca de capitais em bancos privados ou de investimentos próprios. “A medida não nos atrapalha”, diz Luiz Estevão Neto, do Grupo OK, que atualmente está construindo 16 edifícios com recursos próprios.

Mutuários

Os mutuários que entraram com pedido de financiamento de imóveis junto à Caixa Econômica antes da adoção da medida têm a garantia da continuidade do processo, uma vez que já há uma pré-disponibilidade de verbas. As operações de transferências de financiamentos, entre construtora e mutuários, continuam sendo feitas normalmente.